

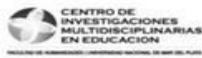
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

A NARRATIVA COMO TRADUCTORA METODOLÓGICA DE UMA EPISTEMOLOGIA QUILOMBOLA

Daniela do Rosário

UFBA

daniela-rosario@uol.com.br.

RESUMO: Num contexto de muitas expectativas, porém de autoestima abalada, fiz e enviei ao professor Francisco Ramallo um resumo discutindo currículo na pós-graduação e a construção das pesquisas a partir de uma história afro-brasileira materializada nos “objetos sociais”¹. Porém, o texto que apresento agora tem a intenção de responder à necessidade que Francisco expunha constantemente - a de conhecer a metodologia, a leitura sobre o que memória, narrativa e história significavam no meu trabalho, necessidade que hoje se faz minha. Apesar da presunção do título, que fiz para um evento que eu não tinha certeza se participaria, devido à conjuntura social que passava passo, o que entrego como resultado de dias tensos e conflituosos, é um artigo que narra um método investigativo que ainda está em elaboração, e que se caracteriza principalmente, por manter as análises no tempo presente, recalcando os contornos sociais do mapa contextual em questão.

Palavras chave: Narrativa; Epistemologia Quilombola; formação

INTRODUÇÃO

Quando escrevo essas linhas, ainda aqui no Brasil, não consigo ver esse dia desenhado, tão pouco sou capaz de descrever que construções serão feitas sobre este artigo até o dia da apresentação e de que forma descreveremos tudo isso. Quero dizer com isso que não carrego comigo definições sobre nada, carrego percepções e uma vez convicta de uma verdade, ainda que relativa, busco nelas caminhos de conhecimento. São percepções variáveis e mutáveis, como toda percepção humana sobre o homem, respeitando o seu

¹ Uma das questões teóricas que sustenta a tese de doutorado em desenvolvimento, deslocando o sujeito da pesquisa para o papel de interlocução e encontrando no campo uma problemática que possa ser materializada em um “objeto social”, produção humana com um fim social específico e simbologias múltiplas.

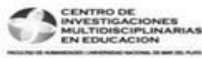
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

tempo e caminho. Mas é coerente pensar que esse exercício ético que compõem minha relação com a ciência, conferiu as minhas análises um padrão de trabalho, o qual, confesso, me incomoda um pouco falar. Por hora, pretendo apenas esquematizar o que entendo por metodologia através da narrativa de uma investigação em andamento. São, portanto, possibilidades e esquemas em elaboração, questões que pretendo tratar na minha tese, cujo projeto está sendo desenvolvido junto com a professora América Cesar, do programa pósAfro, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas contou com considerações e auxílio bibliográfico do professor Rui Mesquita da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e as contribuições do professor Jocélio Teles, no período de orientação da pesquisa de mestrado. O esquema também teve a contribuição do professor Francisco Ramallo, meu amigo e parceiro.

Esse esquema é fundamentado por duas vertentes teóricas, que se encaixam no campo de pesquisa de onde parte o método. De um lado, a percepção do esquema semiótico que Geertz traduz em trabalhos como “A interpretação da cultura”, 1989, e “Nova luz sobre a antropologia”, 2001. O nosso interesse em Geertz, é a liberdade de tradução que seu esquema apresenta - não existe leituras “erradas”, existem diferentes leituras da piscadela e nela a sua intenção em relação ao objeto. A antropologia que Geertz propõe é que interpretamos culturas, e esta voltada para o estudo do humano e a tradução da linguagem através do corpo, de percepções leves e densas como o estudo do piscar dos olhos. Um método que não exige apenas um mergulho profundo no sujeito, como também sensibilidade à própria condição de sujeito do pesquisador. Uma antropologia que admite a existência do etnocentrismo nas diferentes culturas (GEERTZ, 2001), demarcando fronteiras entre o pesquisado e o outro. Essa me parece uma perspectiva antropológica honesta, ainda que a consideração do etnocentrismo abra caminhos para leituras estereotipadas sobre o “outro”, de que outra forma partiria Geertz, se seu trabalho estuda o “outro” em mundos outros? Essa correlação, sujeito x objeto, pesquisador x nativo, se materializa em uma realidade social, sujeitos e objetos se identificam em diferentes ângulos, o sujeito social e o político se fundem, fazendo

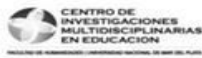
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

surgir correntes analíticas contemporâneas, como as contempladas nos esquemas de Hall.

Diante das possibilidades de análise que Geertz propõe, Hall reconecta a discussão com as questões sociais que se ocupa essa epistemologia - as relações étnico-raciais e étnico-culturais brasileiras. Em “Raça, o significativo flutuante” (1995), Stuart Hall retoma as discussões acerca da biologização da raça, a forma como a questão está normatizada em nosso cotidiano, o tabu que se constituiu na acadêmica acerca da questão e os prejuízos que a ausência de discussão provoca ao sujeitos afetados por leituras estereotipadas a partir do racismo. Este é um fato contemporâneo, marca as estruturas do tempo presente. Ao mesmo tempo que toca em uma ferida da ciência ao retornar a questão biologizante da raça Hall, traz à luz outros caminhos dentro do universo de correlação entre pesquisador e pesquisado. Como sujeitos contemporâneos, os sujeitos de nossas pesquisas carregam várias identidades contemporâneas e políticas que também traduzem linguagens referentes ao ambiente estudado, “a identidade cultural na pós-modernidade” (HALL, 2014), transforma sujeitos sociais em sujeitos políticos, possibilitando ao mesmo diferentes maneiras de tradução e produção linguística de suas demandas. Embora não ouse **discutir** neste momento, a fundo, os trabalhos de Hall ou de Geertz, concentro seus esquemas no tempo presente, no período em que construo análises para a pesquisa. A memória e, é claro, a narrativa são guiadas por elementos apresentados no presente da pesquisa. Isso diz respeito aos sentidos que, ao meu ver, precisamos seguir dentro de um processo de investigação - sentido de revelação, revisitação e transformação, me parece através dos seus textos, que tanto Clifford Geertz quanto Stuart Hall trabalham por uma ciência onde o outro compreende o processo que se está vivendo.

Gosto de pensar essa possível metodologia como interdisciplinar, como um mapa, cheio de caminhos abertos por mestres na educação social e do Ser, como Paulo Freire, Hilton Japiassú, Frantz Fanon, Linda Smith, dentre outros que ao tempo citarei, figuras que, ao meu ver, fizeram das suas problemáticas, motivos de vitórias para si e para as pessoas

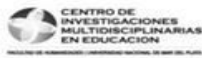
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

do seu meio, que levantam a bandeira do autoconhecimento e da liberdade. Essas diferentes construções metodológicas e educacionais evidenciam que não existe um processo de “estímulo resposta”, como a aplicação de um exercício à espera do pronto resultado como o único provável (aceitável), como o que pretende o behaviorismo que se esconde nas propostas curriculares atuais. Existe um estímulo, o desejo preconcebido de um resultado, por parte daquele que desempenha uma investigação, e respostas a serem dadas pelo meio investigado.

Em geral buscamos que nossas pesquisas resultem em resultados positivos a nossas hipóteses, hipóteses de trabalho e hipóteses pessoais. Admitindo isso, admitimos que a pesquisa tem um caminho pré-trilhado. Nesse esquema, assim como em outros, é necessário que o pesquisador que se candidata, por exemplo, a uma pós-graduação, anteceda os estudos sobre o seu tema. Neste, no entanto, não importa qual linha teórica, tipos de literatura ou elementos da linguagem irão alimentar esse estudo, o importante é que a problemática do sujeito, seja alimentada. Esse momento é um momento puro, um sujeito nulo, que pesca, no seu meio social, uma problemática, um ponto de impulso, alimentado por muitas falas, mas que ao brotar no indivíduo responde a uma problemática pessoal, e se, nela, tudo der certo, o resultado da pesquisa será diferente do que foi pensado no projeto inicial.

Ao meu ver, na antropologia, ao tratarmos o domínio da linguagem do outro como um dos elementos mais importante que o pesquisado precisa ter em campo, abra-se a possibilidade de abarcarmos o que pode ser lido como composto da estrutura ética do ambiente estudado. De outro modo, estamos em campo para conhecer o sujeito e\ou o objeto, o que significa também estarmos participando de um processo de aprendizagem, devemos estar atentos àqueles que conhecem o “objeto social” estudado, de um ponto de vista diferente do nosso.

OUTROS PONTOS DE VISTA NA INVESTIGAÇÃO

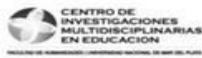
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

Recentemente apresentei um artigo no II Simpósio Baiano de Geografia Agraria, na UFBA, duas constatações provocaram reflexões sobre o trabalho que apresentei durante as atividades do evento. Havia escrito um trabalho para ser apresentado num congresso de Geografia Agraria, área de conhecimento que domino pouco, mas que está diretamente ligada as discussões acerca da temática a qual me dedico, a temática quilombola, achei coerente assistir e também apresentar um ponto de vista acerca das pesquisas nesta área. Procuo partir nas minhas leituras, de um ponto de vista descolonizado, não que me caracterize como uma sujeita descolonizada, o intelectual colonizado que Fanon descreve em “Os condenados da terra” (1968), é uma imagem que ainda estou apagando do meu espelho. Concentro então minhas intenções em pensar caminhos novos a partir daquilo que já existe dentro de nossas construções sociais, mas que talvez não tenha sido aplicado como exercício de mudança em determinados meios, refletindo sobre os quês e porquês do processo.

Apresentei neste simpósio, o artigo “Pertencimento e posse, um conflito na comunidade quilombola de Torrinhas, Cairu-Ba”. Com ele, pretendia chamar a atenção para um estereótipo da ideia de “conflito” quando pensamos a questão, dentro de comunidades quilombolas brasileiras, buscando evidências de que o conflito, nestes territórios, é comumente ligado a perdas e danos sociais e físicos sofridos pelos sujeitos nativos destes espaços, e propondo o estudo de novas correntes que vejam o conflito como uma ferramenta política, afiada pelo sentido da socioeducação descolonial.

No artigo, o “objeto social” apresentado foram algumas canoas cedidas a três comunidades do município de Cairu, dentre elas Torrinhas, em um processo de compensação ambiental realizado através do consorcio Manati. A intenção do artigo é de exemplificar o que poderíamos caracterizar como pertencimento e como posse naquele território, questões distintas e igualmente relevantes para as comunidades quilombolas, que se materializa na terra, na demarcação de fronteiras. Durante a narrativa, busquei apontar elementos que evocavam a construção política das comunidades envolvidas na discussão da compensação – Torrinhas, Tapuias e

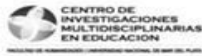
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

Canavieiras, como a justificativa dada para que a compensação não fosse feita em forma de cooperativismo, em respeito às fronteiras demarcadas pelas comunidades no uso do rio para a pesca ou mariscagem; a estratégia autossustentável criada pela comunidade de Torrinhos, re-significando atividades econômica culturais na comunidade; a recusa do “objeto social” recebido diante do silenciamento das falas comunitárias.

A intenção era desenvolver uma reflexão sobre um pensamento político que, somando conhecimento e demandas locais, dialogavam com identidades políticas, referente àquele território – ribeirinhos, pescadores, marisqueiros, quilombolas. Identidades que buscavam através do pertencimento justificativas pelo seu direito à posse, o livre uso da terra. Durante a exposição de imagens, apresentei a foto de uma canoa, parada na praia de Tapuias, transferindo a leitura da construção política de Torrinhos para aquela comunidade, esquecendo de evidenciar durante a apresentação a localização geográfica da foto e de dialogar com a dificuldade de conservação que atinge os nativos de Tapuias diante de equipamentos importados que não contam com assistência técnica no território.

Estava preocupada em apresentar um quadro demonstrando que as argumentações nativas estavam embasadas, mesmo sem citações diretas e uso consciente, em argumentações jurídicas e científicas que se legitimavam nas identidades políticas em que estes apresentavam as reivindicações. Enquanto a contra- argumentação feita pelos responsáveis do consórcio, partia de uma leitura “estereotipada” da cultural quilombola, para justificar uma compensação ambiental através da entrega de canoas. Questões como: a quem interessava a entrega das canoas e somente das canoas, era uma das questões implícita, que esperava, provocasse a todos. Para responder, contornando as ideias que estavam em conflito - as estruturas de poder local x o poder civil legitimado pelo Estado; a lógica capitalista aplicada sobre a ideia de autossustentabilidade ambiental x sustentabilidade econômica e cultural advogada nos projetos pensados pela comunidade de Torrinhos; o poder da cultura x o poder cultural do Estado, dentre outros elementos que conflitavam na comunidade impulsionado pelo “objetos social”, a canoa.

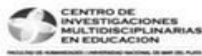
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

Continuei alimentando a problemática que me levou àquele simpósio - o “conflito” e como o mesmo era constantemente caracterizado nos trabalhos referentes a comunidades quilombolas, indígenas e rurais, por exemplo, como a necessidade do enfrentamento, que comumente leva a confrontos armados. No entanto, em outro momento significativo durante os dias do evento, contribuí na reflexão das questões que eu colocava para mim, uma quilombola em defesa de uma ciência humana sensível às problemáticas do “outro”.

Após apresentar o artigo onde imaginava ter deixado evidente todas as questões que suscitei acima, uma senhora quilombola comentou sobre uma das fotos apresentadas, dando como conclusão sobre o caso que houve descaso da comunidade sobre o uso das canoas, o que justificaria o mau estado de conservação. Essa questão foi levantada por uma senhora quilombola, que também recebeu, em sua comunidade, canoas como forma de compensação ambiental, por parte do consórcio Manati. Para ela, as canoas entregues na sua comunidade eram como um presente dado pelo Estado, este presente era tratado com “muito cuidado e carinho”. Mais do que um susto, diante de uma possível ofensa quanto aos modos domésticos dos torrinhenses, surpreendeu-me a fala daquela senhora diante do elemento novo que ela me trazia. Havia outras comunidades quilombolas compensadas com o mesmo “objeto social”, comunidades com condições ambientais diferentes, com demandas diferentes, com construção política diferente, compensada com o mesmo “objeto social”. A importância de observar a própria narrativa estava para mim, assim como para aquela senhora, como um condutor do sentido da investigação. De outro modo, estávamos confrontando, naquele momento - a luta pelo direito à autonomia sobre o território, que apresentava Torrinhas, com a mínima possibilidade de uso do ambiente, como descrevia aquela senhora, ser a situação da sua comunidade. Sua narrativa falava de uma comunidade que não dispunha das mesmas condições para adquirir uma canoa quanto as comunidades de Torrinhas, Tapuias e Canavieiras. Em seu território, o “objeto social” pareceu atender a uma demanda local.

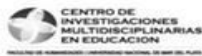
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

Apesar de levar em consideração essa construção contextual, ainda assim me pareceu estranho que uma quilombola considerasse o recebimento de “bens do Estado” sem questionamentos e como se tratassem de presentes. Aquela senhora quilombola é presença comum em simpósios, congressos e fóruns que discutem a questão quilombola brasileira, que traduções estavam sendo compartilhadas nesses espaços? A que tipo de discurso, imagem e intenção quilombola aquela senhora estava sendo apresentada? Quantos, na minha comunidade, pensam como aquela senhora? A situação me provocou um retorno à memória de pesquisa, a introdução da minha pesquisa de dissertação, onde falo do caráter romantizado e reducionista como muitas vezes são desenhadas as culturas e comunidade quilombolas, o ponto inicial de minha problemática social, o incômodo do reducionismo da historicidade. A questão que a minha memória trazia, era a importância de uma produção epistêmica voltada para as teorias de libertação e igualdade.

“ A CONCLUSÃO”

Após o fim do simpósio, reconsiderarei as questões que movimentaram as falas acerca da reforma agrária e demarcação de terra de povos tradicionais e o “conflito”. Também considereirei a fala da senhora quilombola, tentando agora, explicar de maneira mais descritiva, a importância do estudo do “objeto social” enquanto fonte de impulso para a abertura de novos caminhos no processo de reeducação e consciência política de um povo. Como não pude publicar a última versão do artigo nos Anais do evento, aproveitei esse espaço para publicar as considerações que foram feitas na conclusão do mesmo e pontuar questões que considero relevantes e urgentes no estudo de comunidades quilombolas brasileiras. Dessa forma, creio que contemplo a intenção dessa epistemologia que está em desenvolvimento, que é brotar no campo múltiplo das ideias e impulsionar mudanças sociais significativas entre aqueles que se ocupem de sua tradução.

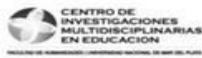
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

Segunda conclusão do artigo “pertencimento e posse: um conflito na comunidade de Torrinhas – Cairu, Ba”:

“As questões territoriais dos torrinhenses, creio, sejam muito parecidas com a de boa parte das comunidades quilombolas brasileiras. No campo subjetivo, o território de Torrinhas é a casa deles, onde nasceram e criam seus filhos, onde produzem para a sua sobrevivência, local onde está situada a sua identidade. Ao mesmo tempo trata-se de uma terra que não lhes pertence, e onde não existe a liberdade de expandir como desejam. Dentre os fatos que alimentam essa realidade está a ausência do governo local, que reacende as questões que levaram ou não ao impulso pela luta da terra nesse território. As famílias que se declaram donas da maioria das terras do município de Cairu participam de forma indireta do cenário político local, e muitas vezes membros destas mesmas famílias, se candidatam a cargos como o de vereador ou prefeito. A cultura política desenvolvida nesse município é um capítulo a ser discutido a parte, mas o caráter paternalista e por vez coronelista como se apresenta o pensamento político do território (ROSARIO, 2006) torna inviável o avanço de qualquer ação contra os desmandos do grupo de poder, sem que as comunidades não sofram com algum tipo de retaliação.

Pensando como promover um conflito pela posse de terra, sem que as comunidades, já vítimas constantes da violência no campo, sofram mais violências frente à ação de um conflito armado, tentamos evidenciar neste texto, três perspectivas que davam base às reclamações da comunidade em relação ao tipo de compensação que estava lhes sendo ofertada. Primeiro, as especificidades ambientais e de produção que levaram as comunidades a não concordarem com a entrega das canoas através da Coopemar, o que comprometia as fronteiras demarcadas pelas comunidades, assim como suas lógicas de produção. Segundo, o direito à escolha, decidir que a compensação fosse feita na terra e não no mar, a autonomia no uso da terra através de um meio produtivo que funcionaria de maneira mais pulsante no organismo econômico da comunidade, captando a mão-de-obra local, provocando o replantio e o retorno a antigas práticas de cultivo e de consumo

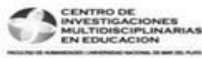
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

alimentar, por exemplo. Ou ainda, com a modernização do método de criação e comercialização da galinha, através da criação da granja. Ambas opções ofereceriam, ainda, novos aprendizados, novas traduções da linguagem socioeconômica local.

Esse ponto de vista nos permite pensar em formas de conflito que contribuam em processos socioeducacionais descolonizadores. Um movimento importante na geografia agrária, creio eu, é pensar o desenvolvimento de projetos e articulações de luta que agregue discussões no sentido de evitar ou mesmo combater o genocídio da população negra, trazendo pautas levantadas pelos movimentos negros brasileiros para realidade das populações negras no campo, contribuindo assim para a causa principal da luta negra que sempre foi e será, a permanência e sobrevivência de seu povo e história. As armas e articulações usadas contra nós não se materializam mais em chicotadas, mas no campo das ideias, das ações articuladas de grupos e instituições civis e estatais, que através da manipulação do texto da lei continuam a promover a violência contra nossos corpos e vidas.

O geógrafo Milton Santos aponta caminhos pelos quais podemos promover lutas sociais através da educação. O povo dominando diferentes tipos de conhecimento, circulando nas diferentes esferas sociais. Estender esse debate para a luta pela posse da terra e o conflito no campo é fundamental para a materialização das intenções e propostas dos trabalhos que se têm realizado nessa área. Um trabalho com um olhar antigenocídio, entendemos, deve abarcar questões materiais e imateriais que o debate levanta, investigando, de maneira densa, as redes de conexões e os motivos pelos quais, por exemplo, vêm morrendo as lideranças políticas e ativistas do campo, nos diferentes grupos de minoria que se encaixam nesse debate.

A terceira perspectiva nos relembra, através do exercício social promovido em conjunto pelas três comunidades, que a política pública pode ser vista como um canal que contempla recursos para a implementação de projetos sociais com fim de reparação social, que seu processo de implementação deve ser pensado e fiscalizado junto com a comunidade, e o objeto do processo deve estar voltado para o ambiente e direcionado

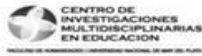
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

pelas resistências e falas dos grupos. O que colocaríamos em risco em um conflito pela posse de terra nessa comunidade?

Duas questões têm nos pesado diante da certeza de que o conflito é necessário e eminente. (1) o processo jurídico civil, no qual nós nos reconhecemos como quilombolas, nos trouxe uma série de questões novas: a terra que até então nos era dada de acordo com um plano administrativo de outra pessoa, agora precisará ser repensado por nós, um processo que evidenciará conflitos internos existentes na comunidade. Antes de emprendermos essa luta, acredito, precisamos construir um trabalho socioeducativo em que as discussões estejam voltadas a compreender a identidade quilombola em todos os aspectos internos e externos que esta abrange, dentro de uma linguagem que fale com a comunidade. (2) como assegurar a longo prazo, que com os instrumentos jurídicos e leis que são transversais, as questões quilombolas serão capazes de proteger o que já foi conquistado material e imaterialmente, até agora, se os mesmos instrumentos se mostram frágeis diante da estrutura política que existe no município?

Em buscas dessas respostas, proponho revisarmos nossos processos de pesquisa e investigação, considerando todo contexto que envolve sujeitos e objetos. Não podemos nos esquecer do papel relevante que tem a pesquisa de campo na aplicação de políticas públicas e nos conflitos dentro das comunidades. Por isso, acredito que seja imprescindível que nós, pesquisadores, militantes e políticos, sejamos sensíveis às razões, os porquês dos caminhos que são trilhados pelas comunidades nesse momento político contemporâneo da luta pela posse da terra. É possível pensar em ações que contribuam para que as comunidades estejam estruturadas quanto à política que norteia a identidade quilombola brasileira, antes do conflito onde se pretende a posse e demarcação do ambiente social. Ações que dizem respeito não só aos mecanismos legislativos e jurídicos, mas a toda subjetividade que o conflito envolve”.

Referências Bibliográficas

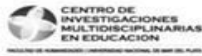
7, 8 y 9 de septiembre de 2017

II FÁBRICA DE IDEAS

(HISTORIAS Y PRÁCTICAS)

NARRATIVAS, (AUTO)BIOGRAFÍAS Y PEDAGOGÍA:

OTRA MANERA DE CONOCER, DECIR Y HACER LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN



ISBN: 978-987-544-778-3

Fanon, F. Os Condenados da Terra. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro. Salvador. 1968.

Geertz, C. A interpretação das culturas. *LTC*. Rio de Janeiro. 1989.

_____, Nova Luz sobre a antropologia. *Jorge Zahar*. Rio de Janeiro. 2001.

Hall, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. *UFMG*. Belo Horizonte. 2013.

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. *Lamparina editora*. 2014.

Rosário, D do. Um quilombo: identidade e política pública /privada na comunidade remanescente quilombola de Torrinhas, Cairu-BA.220f. Dissertação de (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia - POSAFRO/UFBA, Salvador, 2016.